



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Saúde

PROJETO DE LEI Nº 985, DE 2025

Proíbe a venda a pessoas naturais de arsênio e de venenos de qualquer espécie sem identificação e comprovação da necessidade de uso.

Autor: Deputado LULA DA FONTE

Relator: Deputado EDUARDO DA FONTE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 985, de 2025, tem por objetivo restringir a livre comercialização do arsênio e do aldicarbe, substâncias reconhecidamente de alta toxicidade e potencial lesivo à saúde humana e ao meio ambiente. O objetivo central da medida é prevenir o uso indevido dessas substâncias, especialmente em crimes de envenenamento, sejam eles acidentais ou intencionais.

No caso do arsênio, a proposta determina que sua comercialização ficará restrita exclusivamente a pessoas jurídicas, sendo vedada a venda para pessoas naturais. Já no caso do aldicarbe e de outros raticidas de composição semelhante, a proposição estabelece proibição expressa de comercialização pela *internet*, considerando o elevado risco associado ao uso indevido dessas substâncias.

Além disso, o PL propõe que, mesmo na venda autorizada, a comercialização deverá ser integralmente rastreável, exigindo:

- Identificação completa do comprador;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Saúde

- Comprovante de residência;
- Indicação do lote adquirido;
- Declaração expressa sobre a; e
- Registro formal da operação comercial.

A proposição também estabelece penalidades severas para o descumprimento das normas:

- Para pessoas jurídicas, multas entre 0,1% e 1% do faturamento bruto;
- Para pessoas naturais, multas entre R\$ 5.000,00 e R\$100.000,00.

Segundo a justificativa apresentada pelo autor, embora já existam normas que regulam a venda do arsênio e proíbam a comercialização do aldicarbe, na prática, estas substâncias permanecem amplamente acessíveis, inclusive por meio do comércio eletrônico, o que representa grave risco à vida, à saúde pública e à segurança da sociedade.

Ressalta-se, ainda, que o aldicarbe foi banido do país pela Anvisa em 2012, mas continua sendo comercializado ilegalmente em produtos clandestinos, conhecidos popularmente como “chumbinho”, com inúmeros registros de envenenamentos fatais e uso deliberado em homicídios.

O projeto foi distribuído para apreciação conclusiva às seguintes comissões: Comissão de Saúde, Comissão de Indústria, Comércio e Serviços e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei sob análise estabelece medidas de caráter preventivo e restritivo voltadas à contenção do acesso indiscriminado a substâncias altamente tóxicas, propondo, para isso: i) a proibição da venda de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Saúde

arsênio a pessoas naturais; ii) a vedação da comercialização de aldicarbe e raticidas correlatos pela internet; iii) a criação de critérios rigorosos de rastreabilidade para vendas autorizadas; e iv) a definição de sanções proporcionais à gravidade das infrações.

A esta Comissão compete a avaliação do mérito da proposição, nos termos do art. 32, inciso XVII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Conforme demonstrado, a medida se justifica diante do crescimento preocupante dos casos de envenenamento com arsênio, aldicarbe e derivados no Brasil, tanto em tentativas de homicídio quanto em intoxicações acidentais, inclusive de crianças e animais domésticos.

A proposta busca aperfeiçoar os mecanismos de controle sanitário e comercial, reforçando a rastreabilidade e restringindo o comércio clandestino, sobretudo no ambiente virtual, onde o anonimato amplia os riscos de uso criminoso.

O arsênio, apesar de possuir aplicações industriais legítimas, é extremamente tóxico em sua forma inorgânica, podendo causar danos graves à saúde e até óbito. Embora a sua comercialização já seja restrita, o acesso irregular permanece facilitado pela *internet*, o que revela ineficiência do atual marco regulatório e reforça a necessidade de endurecimento das regras.

O aldicarbe, por sua vez, banido pela Anvisa em 2012, continua circulando no mercado paralelo, sendo componente frequente de raticidas ilegais. O uso clandestino dessa substância tem sido recorrentemente associado a homicídios, tentativas de suicídio e envenenamentos acidentais, evidenciando a urgência da adoção de novos mecanismos de controle.

No que se refere ao mérito da proposição, concluo que o projeto é meritório e atende ao interesse público, pois:

- Protege a saúde e a vida humanas, direitos fundamentais previstos na Constituição Federal;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Saúde

- Fortalece o controle sanitário e a prevenção de crimes envolvendo substâncias tóxicas;
- Aperfeiçoa a legislação vigente, suprimindo lacunas hoje exploradas pelo mercado clandestino; e
- Promove a função social da atividade econômica, garantindo que a comercialização de insumos perigosos observe parâmetros de segurança e responsabilidade.

Ademais, a proposta apresenta medidas simples, de baixo custo e alta eficácia, com potencial para reduzir acidentes, prevenir crimes e facilitar a persecução penal. A obrigatoriedade de identificação de compradores e vendedores, aliada à rastreabilidade das operações, contribuirá para responsabilizar os agentes envolvidos e proteger a população.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 985, de 2025, na forma do substitutivo em anexo, visando uniformizar a legislação sobre a comercialização de substâncias altamente tóxicas, mantendo os objetivos essenciais do texto original e reforçando os mecanismos de controle, rastreabilidade e fiscalização.

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2025.

Deputado EDUARDO DA FONTE
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Saúde

PROJETO DE LEI n.º 985, DE 2025.

SUBSTITUTIVO

Proíbe a venda a pessoas naturais de arsênio e de venenos de qualquer espécie sem identificação e comprovação da necessidade de uso.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo estabelecer restrições à comercialização de substâncias venenosas, incluindo o arsênio e produtos com princípio ativo aldicarbe, a fim de garantir maior segurança à população e evitar o seu uso indevido.

Art. 2º É proibida a comercialização de arsênio a pessoas naturais, salvo se habilitadas para uso profissional de tal substância, conforme regulamento.

Parágrafo único. Sem prejuízo das normas vigentes e da regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), toda transação envolvendo arsênio deverá ser detalhadamente registrada, contendo, no mínimo:

- I – a identificação do adquirente;
- II – o lote do produto adquirido;
- III – a finalidade da aquisição.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Saúde

Art. 3º É vedada a comercialização de substâncias venenosas para pessoas naturais e jurídicas, tais como:

- I – raticidas, por meio da rede mundial de computadores – internet;
- II – produtos contendo o princípio ativo aldicarbe, pertencente ao grupo químico dos carbamatos, por meio da rede mundial de computadores – internet e presencialmente.

Art. 4º A comercialização presencial dos produtos mencionados no art. 3º em estabelecimentos físicos está condicionada ao cumprimento das seguintes exigências:

- I – identificação do comprador mediante apresentação de documento oficial com foto e CPF, no caso de pessoa natural, ou CNPJ, no caso de pessoa jurídica;
- II – apresentação de comprovante de residência emitido nos últimos 90 (noventa) dias, se pessoa natural, ou de documento que comprove o endereço da pessoa jurídica;
- III – assinatura de declaração pelo comprador, informando a finalidade do uso do produto, a ser arquivada pelo estabelecimento comercial;
- IV – registro da venda, contendo a quantidade adquirida, a data da transação e a identificação do lote da mercadoria.

Parágrafo único. Os estabelecimentos deverão manter um cadastro com os dados acima pelo prazo de 5 (cinco) anos, devendo disponibilizá-lo às autoridades competentes sempre que solicitado.

Art. 5º A venda de arsênio a pessoas naturais não habilitadas e a pessoas jurídicas sujeitará a pessoa jurídica responsável pela venda à aplicação de multa de 0,1% (um décimo por cento) a 1% (um por cento) do faturamento bruto do último exercício, por cada venda realizada em desacordo com esta Lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Saúde

Art. 6º A comercialização indevida dos produtos previstos no art. 3º sujeitará o vendedor às seguintes penalidades:

I – se pessoa jurídica, multa de 0,1% (um décimo por cento) a 1% (um por cento) do faturamento bruto do último exercício, por venda irregular;

II – se pessoa natural, multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme a capacidade econômica do infrator.

Parágrafo único. No caso do inciso I, caso não seja possível determinar o faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será fixada entre R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por venda irregular.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2025.

Deputado **EDUARDO DA FONTE**

Relator

